

# Impactos das Tecnologias nas Ciências Sociais Aplicadas 3



**Glucia Wesselovicz  
Janaina Cazini  
(Organizadoras)**

Glaucia Wesselovicz  
Janaina Cazini  
(Organizadoras)

# Impactos das Tecnologias nas Ciências Sociais Aplicadas 3

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências sociais aplicadas 3 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Impactos das Tecnologias nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-213-5

DOI 10.22533/at.ed.135192703

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.  
I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série.

CDD 300.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Impactos das Tecnologias nas Ciências Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 16 capítulos do volume III, apresenta experiências do mundo corporativo em diversas áreas da gestão como: Pessoas, Finanças, Logística e Responsabilidade Social, tais áreas impactam diretamente nos stakeholders do ecossistema empresarial.

Os impactos da evolução tecnológica desde a máquina à vapor até a ascensão “Machine Learning”, é percebida de forma clara no ambiente organizacional, onde observa-se desde mudanças de processos à exigência de habilidades comportamentais. Com isso, as organizações que não estiverem atentas as tendências tecnológicas e mercadológicas serão fadadas a extinção.

É necessário um novo reformular o pensamento a respeito aos modelos de gestão existentes e das atitudes do profissional que converge nas habilidades técnicas e sociais, impactando no resultado final da organização.

Estes artigos apresentam cases que vem de encontro com essa perspectiva disruptiva do momento, conforme previsão de Magaldi e Neto (2008) “qualquer companhia desenhada para ter sucesso no Século XX está destinada a fracassar no Século XXI.

Glaucia Wesselovicz  
Janáina Cazini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ANÁLISE DO PROCESSO ADMISSIONAL DE COLABORADORES EM EMPRESAS AUTOMOTIVAS	
Mikhaela Beatriz Prado de Araújo Dourado	
Carlos Eugênio Teixeira de Sousa	
Gladstone Alves Bezerra da Silva	
Larissa Silveira de Pinho	
Sabrina Cunha Lacerda	
Auristela do Nascimento Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1351927031</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
AS RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO, NO CONTEXTO DE NEGÓCIOS SOCIAIS, À LUZ DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO	
Diana Maria Goiana Alves	
Ana Cristina Batista dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1351927032</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
MOTIVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO	
Bruna Benites Nunes	
Nara Regina Theis Planella	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1351927033</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>39</b>
ANÁLISE DO CLIMA ORGANIZACIONAL: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO MOVELEIRO DE FERNANDÓPOLIS (SP)	
Jairo Pimenta Neves Júnior	
Paulo Cesar Rodrigues Resende	
Renan Biudes Maziero	
Rodrigo Carrasco Bastida	
Daniela Boreli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1351927034</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>62</b>
APLICAÇÃO DA TEORIA DAS RESTRIÇÕES EM EMPRESA BENEFICIADORA DE BATATAS DO MUNICÍPIO DE ARAXÁ-MG	
Gabriel Borges Barbosa	
Arthur Henrique Nunes de Andrade	
Felipe dos Santos	
Fábio Augusto Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1351927035</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>77</b>
ATIVOS BIOLÓGICOS: UMA ANÁLISE EM EMPRESAS DO SEGMENTO DE CARNES E DERIVADOS LISTADAS NA BM&FBOVESPA	
Julia Alanne Paz Pinheiro	
Rosângela Queiroz Souza Valdevino	
Adriana Martins de Oliveira	
Rafael Ramon Fonseca Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1351927036</b>	

<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>93</b>
NOTA FISCAL PAULISTA E SEUS REFLEXOS	
Alison Carlos Bastos	
Caio Henrique Faria de Oliveira	
Nailton dos Santos	
Elaine Doro Mardegan Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1351927037</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>108</b>
EVOLUTION AND TRENDS IN MANAGEMENT SYSTEMS BASED ON INTERNATIONAL STANDARDS	
Héctor Rubén Tarcaya	
Angélica Noemí Arenas	
Gloria Plaza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1351927038</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>114</b>
GESTÃO AMBIENTAL NO CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO - UFPI: UMA QUESTÃO DE RELEVÂNCIA SOCIAL	
Débora Fernandes dos Santos	
Walkyane Alyne Santos Oliveira	
Mara Águida Porfírio Moura	
Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1351927039</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>122</b>
GESTÃO SUSTENTÁVEL DA CADEIA DE SUPRIMENTOS: CONCEITOS E CONSTRUTOS	
Marília Monteiro dos Santos	
Fernando Luiz Emerenciano Viana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13519270310</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>128</b>
MICROCRÉDITO E INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL: O CASO CREDIAMIGO	
Fernanda Érica dos Santos Nunes Ornelas	
Sheila Raquel de Moraes Rego Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13519270311</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>135</b>
BASTA DE VERGONHA: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE UMA CAMPANHA AO COMBATE À CORRUPÇÃO À LUZ DA GOVERNANÇA PÚBLICA	
Jean Carlos da Silveira	
Jamur Johnas Marchi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13519270312</b>	
<b>CAPÍTULO 13 .....</b>	<b>151</b>
MODELAGEM MATEMÁTICA NA ADMINISTRAÇÃO: O USO DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES PRIVADAS	
Gustavo Balsan Kubiak	
Paulo Reis Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13519270313</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>160</b>
ANÁLISE FINANCEIRA DA EMPRESA PAGUE MENOS: ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DA REDE FARMACÊUTICA NOS ANOS DE 2011 A 2017	
Luíza Alves Braga Viviana Menezes Costa Mariana Cantídio Mota Bezerra de Menezes Roselene Couras Del Vecchio da Ponte	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13519270314</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>167</b>
O HOMEM E O TRABALHO: A NEGAÇÃO DA INDIVIDUALIDADE HUMANA PELO MERCADO DE FORÇA DE TRABALHO À LUZ DO LIVRO II DE O CAPITAL	
Pedro Hiago Santos Marques Betânea Moreira de Moraes Luana da Silva Dias Francisco Ayslan Regino da Silva Francisco Erick Tabosa Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13519270315</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>174</b>
A XI SEMANA ACADÊMICA DO CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO COMO ATIVIDADE PRÁTICA DA DISCIPLINA DE GESTÃO DE EVENTOS	
Ellen Cristina Klein Schneider Bruna Frio Costa Dueyni Bastos Lívia Machado Costa Marina Testolin	
<b>DOI 10.22533/at.ed.13519270316</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>178</b>

## ATIVOS BIOLÓGICOS: UMA ANÁLISE EM EMPRESAS DO SEGMENTO DE CARNES E DERIVADOS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

### **Julia Alanne Paz Pinheiro**

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte –  
UERN  
Mossoró/RN

### **Rosângela Queiroz Souza Valdevino**

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte –  
UERN  
Mossoró/RN

### **Adriana Martins de Oliveira**

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte –  
UERN  
Mossoró/RN

### **Rafael Ramon Fonseca Rodrigues**

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte –  
UERN  
Mossoró/RN

**RESUMO:** O objetivo geral desse trabalho foi identificar se as empresas do segmento de carnes e derivados atendem ou não aos requisitos de divulgação e mensuração do CPC 29. A metodologia utilizada constitui-se como bibliográfica e documental, caracterizada como descritiva e qualitativa. A amostra compreende quatro empresas do segmento de carnes e derivados listadas na BM&FBovespa, na qual constam em suas demonstrações informações sobre os ativos biológicos. O levantamento de dados realizou-se por meio de uma análise entre itens exigidos pelo CPC 29, no tocante a

mensuração e divulgação dos ativos biológicos, com as notas explicativas das empresas do ano de 2017. Os resultados da pesquisa mostram que as empresas do agronegócio BRF, JBS, Marfrig e Minerva cumpriram parcialmente com as exigências do CPC 29 com relação à divulgação, sendo o item 49 o que apresentou o maior índice de desconformidade entre as empresas. Desta forma, os resultados mostraram que as empresas listadas na BM&FBovespa do segmento de carnes e derivados cumpriram parcialmente aos itens analisados do CPC 29. Visto que, as informações contidas nas notas explicativas a cerca dos ativos biológicos são bastante sucintas, e que em alguns casos não há informação, o que empobrece as notas explicativas dessas grandes empresas do agronegócio, impossibilitando informações confiáveis aos usuários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agronegócio. Contabilização dos ativos biológicos. CPC 29.

**ABSTRACT:** The general objective of this work was to identify whether the companies in the meats and by-products segment meet the disclosure and measurement requirements of CPC 29. The methodology used is bibliographical and documentary, characterized as descriptive and qualitative. The sample comprises four companies in the meat and derivatives segment listed on BM & FBovespa, which include



information on biological assets in their statements. The data collection was performed through an analysis between items required by CPC 29, regarding the measurement and disclosure of biological assets, with the explanatory notes of the companies of the year 2017. The results of the survey show that agribusiness companies BRF, JBS, Marfrig and Minerva partially complied with the requirements of CPC 29 regarding disclosure, with item 49 presenting the highest level of non-conformance between the companies. Thus, the results showed that the companies listed on the BM & FBovespa segment of the meat and derivatives segment partially complied with the items analyzed in CPC 29. As the information contained in the explanatory notes about the biological assets is fairly brief, and in some cases there is no information, which impoverishes the explanatory notes of these large agribusiness companies, making reliable information to users impossible.

**KEYWORDS:** Agribusiness. Accounting for biological assets. CPC 29.

## 1 | INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil é um dos principais fornecedores e exportadores de produtos agrícolas para o mundo. Conforme a Ecoagro (2014), cerca de 30% do território total do país é usado como terra cultivável, o Brasil é coroado como o império do café, além de ser o maior exportador mundial de soja, carne de vaca e cana de açúcar. De acordo com Caffarelli (2017), o segmento do agronegócio corresponde a 22% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e 43% das exportações no Brasil, o que representa um mercado forte e de grande valia para a economia Brasileira. Conforme Pereira (2007), agronegócio representa um conjunto de etapas consecutivas relacionadas a atividades agropecuárias, complexos agroindustriais, cadeias agroindustriais e sistemas agroindustriais.

Confirmando com o que foi exposto Fioravante et al. (2010) chamam a atenção para a necessidade de um tratamento contábil diferenciado aos ativos biológicos, devido ao fato das demais classificações de ativos não passarem por modificações biológicas.

Nesse âmbito, pode-se levantar como indagação que norteia a pesquisa: Será que as empresas listadas na BM&FBOVESPA do segmento de carnes e derivados atendem aos requisitos de divulgação e mensuração do CPC 29? O objetivo geral trata-se de identificar se as empresas do segmento de carnes e derivados atendem ou não aos requisitos de divulgação e mensuração do CPC 29.

A vista disso espera-se, que os resultados mapeados possam servir como incentivos aos contadores e gerenciadores de empresas do agronegócio sobre o quão necessário se faz a aplicabilidade do Pronunciamento Técnico CPC 29 sobre seus ativos biológicos em função dos benefícios econômicos/financeiros que aparecerão em um futuro próximo.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Agronegócio Brasileiro

De acordo com a Ecoagro (2014), o Brasil é o país mais extenso da América do Sul e o quinto do mundo. Responsável por 8,5 milhões de km<sup>2</sup> de terras, com cerca de 12% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem grandes potenciais de expansão natural para atividades agrícolas devido às suas qualidades e diversidades, principalmente encontradas no clima favorável, no solo, na água, no relevo e na energia solar abundante.

Também conhecido como *agrobusiness*, o agronegócio é um conjunto de atividades, desde a produção e distribuição de insumos até a comercialização, e representa um papel relevante na economia brasileira (MENDES; PADILHA JUNIOR, 2007). Ou seja, é a união de atividades que está fortemente ligada a todos os setores da economia e da sociedade.

Para Scherer, Munhoz e Rotch (2014), às atividades pecuária e agrícola têm uma grande representatividade na economia do Brasil, sendo o país um dos maiores produtores mundiais de soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, gado, entre outros.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o agronegócio tem impacto não somente na economia do campo, mas também na cidade, por movimentar lavouras e a agroindústria de alimento, além de setores secundários como de máquinas e equipamentos, de vestuário e transporte de carga (BRASIL, 2016).

Conforme os dados estatísticos do Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre do ano de 2017, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que o crescimento acumulado da Agropecuária foi de 14,5% no ano. Para o coordenador geral de Estudos e Análises do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a um conjunto de produtos agrícolas que vem alavancando o crescimento, sendo eles: algodão, arroz, cana-de-açúcar, laranja, mandioca, milho, soja e uva. Na pecuária, o destaque está para suínos e leite (BRASIL, 2017).

Para Viana, Costa e Santos (2014) a exploração de atividades agrícolas, pecuárias, a extração e a exploração vegetal e animal, entre outros, são caracterizadas como atividades rurais. O CPC 29 (2009) compreende como Atividade Agrícola o aumento de rebanhos, o cultivo de pomares e de plantações, a colheita anual ou constante, floricultura, silvicultura e cultura aquática. Essas atividades são realizadas por meio do gerenciamento de transformação biológica, promovendo as condições necessárias para que o processo ocorra. A referida norma trata transformação biológica como o processo de crescimento, degeneração, produção e procriação que ocasionam mudanças qualitativa e quantitativa no ativo biológico. Em complemento, define ativo biológico como um animal e/ou uma planta, vivos.

Segundo Callado, Callado e Almeida (2007), a crescente necessidade de uma maior eficiência nos processos produtivos dentro do âmbito do agronegócio brasileiro,

devido ao aumento da concorrência, torna evidente a relevância de possuir um sistema de controle que possa fornecer informações essenciais para o entendimento e aperfeiçoamento das atividades realizadas pelas empresas.

Lima, Colares e Mattar (2015) diz que o agronegócio brasileiro é um dos maiores do mundo é por esse dentre outros motivos, que necessita de profissionais capacitados para desenvolvê-lo e em especial, o profissional contábil para mensurar e evidenciar os impactos financeiros e econômicos.

### *2.1.1 Contabilidade aplicada ao agronegócio*

A contabilidade como ciência social aplicada pode exercer um relevante papel como ferramenta gerencial, por meio de informações que permitam o planejamento, o controle e a tomada de decisão. Oliveira (2010) descreve que a contabilidade tem por finalidade averiguar, interpretar e contabilizar os fenômenos que ocorrem no patrimônio das pessoas físicas e jurídicas. Trazendo aos seus usuários as informações sobre o comportamento dos negócios para as tomadas de decisões, por meio de relatórios próprios.

Para Crepaldi (2016), a Contabilidade Rural é uma ferramenta indispensável para todos os produtores rurais, até mesmo para aqueles que não possuem uma estrutura suficiente para manter o controle de seus custos, despesas e receitas do seu negócio, pois ela proporciona informações concretas para que o empresário rural consiga diferenciar o real desempenho da sua propriedade rural.

Desse modo, a contabilidade pode auxiliar na transformação de propriedades rurais em companhias que tenham competências para seguir a progresso do setor do agronegócio, especialmente no que tange aos objetivos e atribuições da administração financeira, controle dos custos, diversificação de culturas e comparação de resultados.

Oliveira e Oliveira (2014) conceituam que a contabilidade do agronegócio ou contabilidade rural assim também conhecida, é um ramo da contabilidade aplicada que se utiliza de todos os conceitos e da metodologia contábil para mensurar o patrimônio e o resultado das empresas do segmento. Crepaldi (2016) defende que a contabilidade rural estuda o ativo, o passivo e o patrimônio líquido, sendo classificadas em subgrupos específicos relacionados a cada atividade desenvolvida. As informações geradas pela contabilidade do agronegócio apresentam um grande diferencial para medir o desempenho econômico e financeiro das companhias, para analisar a produção e os investimentos que se fazem necessários na atividade do agronegócio e auxiliar nas projeções dos fluxos de caixa.

Bastos (2011) relata que a contabilidade aplicada ao agronegócio dispõe de algumas particularidades a serem observadas, necessitando ser aprofundada e compreendida por profissionais da área contábil e do agronegócio, de modo a cumprir o seu objetivo de bem informar. Para Oliveira e Oliveira (2014), uma das particularidades identificadas é o ciclo operacional individualizado de cada atividade agrícola, tendo em

vista a diversidade produtiva e a produção sazonal.

Tais fatores necessitam de uma análise para determinar o momento adequado para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Recomenda-se como critério mais considerado o ciclo operacional da cultura que tenha maior representatividade econômica (MARION, 2014).

Assim, quando executada por profissionais qualificados e especializados nessa área, a contabilidade do agronegócio pode contribuir para que as empresas rurais obtenham receitas adicionais, diminuam seus custos, economizem nos insumos, aumentem os seus lucros, gerem maior renda e maior número de empregos (BLB BRASIL, 2017).

## 2.2 Ativos biológicos - CPC 29

Segundo Marion (2014) ativos biológicos engloba tudo aquilo que nasce, cresce e morre, desde as culturas sendo elas temporárias ou permanentes até os animais, rebanhos de reprodução e corte. Segundo o CPC 29 (2009), o termo ativo biológico constitui em um animal ou uma planta que estejam vivos. Tanto os ativos biológicos como a produção agrícola no ponto de colheita fazem parte de atividades agrícolas que podem abranger o cultivo de pomares e de plantações, floricultura, além de outras relacionadas à criação de animais.

Ainda de acordo com o CPC 29, atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais, pela entidade. Estas atividades são diferenciadas por sofrerem transformações biológicas gerenciáveis e mensuráveis. Para Machado (2016), os ativos biológicos são altamente complexos, e apresentam características peculiares no seu sistema de produção.

O pronunciamento técnico CPC 29, contempla algumas definições necessárias no processo do ativo biológico. Uma delas é transformação biológica, que retrata o processo de crescimento, degeneração, produção e procriação que causam mudanças no ativo biológico. A transformação biológica traz como decorrência, modificações nos ativos através do crescimento, representado pelo aumento quantitativo ou melhoria na qualidade do animal ou planta. Caso ocorra o aumento adicional dos ativos biológicos, tem-se a procriação. Esses ativos podem também diminuir sua quantidade e sofrer deterioração na qualidade, o que caracteriza a degeneração (CPC 29, 2009).

Para Brito (2010), isso significa que os ativos biológicos podem gerar ganhos ou perdas para a entidade até alcançar a sua maturidade. No decorrer desse processo, a mensuração visa identificar alterações qualitativas tais como: amadurecimento, conteúdo de gordura, grau de resistência das fibras entre outras; assim como identificar a alteração na quantidade desses ativos: peso ou comprimento das fibras. Ainda segundo Brito (2010), os ativos biológicos também estão sujeitos à degradação e a perda de sua capacidade que podem ser oriundas de doenças, assim como, pelo

esgotamento dessa capacidade, ou seja, os animais reprodutores perdem a capacidade de procriar com o decorrer do tempo e uma árvore frutífera de produzir seus frutos, o que é o processo natural dos seres vivos.

Fioravante et al. (2010) destacam que os ativos biológicos são aqueles que ainda encontram-se em transformações biológicas, ou seja, que ainda não estão apto a serem colhidos ou processados. Os autores citam como exemplos, as árvores recém-plantadas, bezerras que ainda se tornarão vacas leiteiras ou até o gado para o corte.

Corroborando com o que foi exposto, Acuña (2015) afirma que os ativos biológicos passam por transformações biológicas tanto quantitativa como qualitativamente de forma que os valores aplicados sobre eles não correspondem a uma ordem direta de valorização, estando de forma direta sujeitos ao processo de engorda, emagrecimento, doenças, reprodução, morte, dentre outros.

Para Freitas (2017) um dos principais desafios para as empresas que detém controle dos seus ativos biológicos está na mensuração desde o crescimento, produção e procriação, até o ponto de abate ou colheita.

Conforme Fioravante et al. (2010), independente da atividade, os ativos biológicos apresentam características em comum, sendo elas: A capacidade da mudança, visto que os animais e plantas passam por transformações biológicas; o gerenciamento de mudança, o qual facilita essa transformação biológica, promovendo as condições necessárias para que esse processo ocorra, por exemplo: os níveis de nutrientes, a umidade, temperatura, fertilidade e a luz; e a mensuração da mudança, que se refere à mudança da qualidade e quantidade causada pela transformação biológica ou colheita.

Para melhor compreensão do que é um ativo biológico, o CPC 29 aborda no Quadro 1 alguns exemplos de ativo biológico de forma geral, o seu produto agrícola e por fim o produto resultante do processo após colheita.

<b>Ativos Biológicos</b>	<b>Produtos Agrícolas</b>	<b>Produtos resultantes do processamento após a colheita</b>
Carneiros	Lã	Fio, tapete
Plantação de árvores para madeira	Árvore cortada	Tora, madeira serrada
Gado de leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Salsicha, presunto
Plantação de algodão	Algodão colhido	Fio de algodão, roupa
Cana-de-açúcar	Cana colhida	Açúcar
Plantação de fumo	Folha colhida	Fumo curado
Arbusto de chá	Folha colhida	Chá
Videira	Uva colhida	Vinho
Árvore frutífera	Fruta colhida	Fruta processada
Palmeira de dendê	Fruta colhida	Óleo de palma
Seringueira	Látex colhido	Produto da borracha

Quadro 1: Exemplo de Ativos Biológicos

Fonte: CPC 29 (2009)

Martins et al. (2013) diz que os produtos que são gerados dos ativos biológicos são chamados de produtos agrícolas. Um mesmo ativo biológico tem capacidade de gerar mais de um tipo de produto agrícola, por exemplo, o gado (ativo biológico), onde podem ser extraídos dois tipos de produtos agrícolas, sendo eles a carne e/ou leite.

É necessário entender, que o grupo patrimonial ativo biológico é composto por animais vivos que não estão aptos a serem comercializados, e por plantas que ainda se encontram implantadas na terra, ou seja, que não estão no ponto da colheita. Quando os animais forem destinados para o abate e as plantas colhidas, esse grupo deixará de ser ativos biológicos e passará a ser classificados como produtos agrícolas antes do processamento, também regidos pelo CPC 29 (CPC 29, 2009).

Em se tratando do reconhecimento dos ativos biológicos, o CPC 29 (2009) diz que a empresa deve reconhecer um ativo biológico somente quando este atender a três critérios definido pelo Pronunciamento. O primeiro critério de reconhecimento é quando houver o controle do ativo como resultado de exercícios anteriores. Esse controle poderá ser realizado pela marcação no momento de sua aquisição, nascimento ou período de desmama e pela sua propriedade legal. Quando for provável a geração de benefícios econômicos para a entidade e o terceiro critério de reconhecimento do ativo biológico é quando o valor justo puder ser mensurado confiavelmente.

Corroborando com o que foi exposto, Ludícibus, Martins e Gelbecke (2009) ressaltam que os ativos biológicos somente poderão ser reconhecidos contabilmente se for comprovado que os benefícios econômicos futuros resultantes desses ativos ingressaram na entidade, e que o custo destes possa ser mensurado com segurança.

### **2.3 Mensuração contábil dos ativos biológicos**

Por muito tempo, empresas que possuíam ativos biológicos aplicavam o mesmo tratamento contábil de seus demais ativos, ou seja, utilizavam a técnica de mensuração de custo histórico ou de formação, representando uma contabilidade tradicional. O custo histórico representa os gastos gerais considerados ao longo do tempo pela atividade rural, em que são mensurados pelo valor pago em sua data de aquisição e os custos adquiridos ao longo do tempo (VIEIRA, 2016).

Compreendendo que os ativos biológicos são dotados de vida e que ao longo dos períodos passa por transformações biológicas, afetando diretamente em seu valor, o custo histórico deixa de ser uma representação fiel desse tipo de ativo (MELO, 2014).

Brito et al. (2014) diz que os ativos biológicos apresentam dois aspectos: o estado de transformação e a volatilidade dos preços, causando alterações no valor desses ativos de tal forma que o custo histórico revelasse inapropriado para sua mensuração. Dessa forma, tornou-se necessário um novo método de mensuração para os ativos biológicos.

E foi no ano de 2009 por meio do CPC, que o Pronunciamento Técnico CPC 29 foi criado no Brasil, com o objetivo de uniformizar e centralizar o processo de

contabilização de Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas do Brasil, entrando em vigência em 1º de janeiro de 2010. Para Marion (2014) a grande mudança esteve no método de avaliação do ativo biológico, já que anteriormente o método utilizado era avaliação pelo custo, e a partir da vigência do CPC 29 baseado nas IFRS passou a ser mensurado a valor justo.

No estudo de Silva Filho, Machado e Machado (2013) o qual buscaram avaliar a relevância dos ativos biológicos mensurados a custo histórico e a valor justo nos anos de 2008 e 2009, os resultados mostraram que a substituição do custo histórico pelo valor justo na mensuração dos ativos biológicos não se mostrou interessante. Para os autores o custo histórico é mais objetivo e de fácil entendimento, já o valor justo se torna mais difícil de ser entendido, tendo em vista que geralmente é calculado com base em estimativas, principalmente através do fluxo de caixa descontado.

### *2.3.1 Valor justo*

Segundo o CPC 29 (2009), valor justo é o valor que seria recebido pela comercialização de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo que esteja sendo negociado entre as partes interessadas que entendam do mercado. Isso significa que o valor do ativo biológico está relacionado ao valor de mercado.

Na visão de Laux e Leuz (2009) que o valor justo apresenta uma maior confiabilidade às demonstrações contábeis. Neste mesmo raciocínio Rech, Oliveira e Pereira (2008) alegam que esse método pode apresentar com maior precisão a capacidade de pagamento e geração de caixa das empresas. Para Marchi, Ribeiro e Silva (2016) esse método de avaliação leva em consideração as transformações biológicas do ativo com o passar do tempo, podendo resultar em perdas ou ganhos no ativo da empresa, devendo estes então ser incluídos nas demonstrações financeiras do período.

Na concepção dos autores Macedo, Campagnoni e Rover (2015) o valor justo causa mudanças nos valores de ativos que serão realizados nas operações subsequentes. Os ativos biológicos ao serem reconhecidos no Balanço Patrimonial a valor justo geram caixa e equivalentes de caixa em períodos posteriores do seu reconhecimento. Ou seja, à medida que estes ativos passam por transformações biológicas, por meio de seu crescimento e maturação causando a sua valorização, esse ganho em relação ao valor anterior é reconhecido como receita. É importante ressaltar, que todas as despesas utilizadas para que esses ativos possam estar em condições de venda devem ser deduzidas.

Os autores Pires e Rodrigues (2008) discordam do referido anteriormente, esclarecendo que a mensuração a valor justo sempre irá levantar dúvidas de alguma complexidade, onde a solução mais viável para as operações que envolvem ativos biológicos e produtos agrícolas é que durante o processo de mensuração deva haver uma associação dos custos dos ativos com a sua formação e crescimento, por meio da

qual a utilização do valor justo venha surgir de forma dinâmica, e não como exemplo de referência. No mesmo sentido, mencionam ainda que tudo o que caminhe no sentido de exceder o custo histórico sempre terá de garantir um efeito e qualidade maior na informação financeira.

## 2.4 Divulgação dos ativos biológicos

As entidades que dispõem de ativos biológicos no Brasil são regidas pelo CPC 29 e alinhadas às normas internacionais IAS 41, no qual define os critérios de divulgação desses ativos. O CFC (2008) conceitua divulgação como o ato de colocar à disposição as demonstrações contábeis da empresa para que seus usuários possam ter uma visão econômico/financeira da entidade.

Considerando que as demonstrações contábeis são instrumentos de gestão essenciais na tomada de decisão, se faz necessário que as informações contidas sejam precisas e confiáveis.

Cruz, Silva e Rodrigues (2009) enfatizam que no atual cenário no qual o mercado se encontra, o processo de divulgação de informações contábeis tem como foco principal o confronto dessas informações entre os diversos participantes. Neste sentido, Ribeiro (2014) acrescenta que a finalidade da informação contábil no processo de tomada de decisões de seus usuários é servir como base na comparabilidade entre alternativas de alocação de capital.

Nas empresas detentoras de tais ativos, no qual estes representem significativamente ou o principal meio de geração das receitas, as informações são obrigatoriamente mais detalhadas em notas explicativas.

Pensando nessa relevância das informações divulgadas pelas empresas detentoras de ativos biológicos, o CPC 29 incentiva as companhias a classificarem em suas demonstrações os ativos biológicos como: consumíveis ou destinados à produção e como maduros e imaturos. Os maduros são aqueles que estão aptos a serem colhidos (ativos biológicos consumíveis) ou estão adequados para sustentar colheitas regulares (ativos biológicos de produção), ou ainda, quantificar cada grupo de ativos biológicos em suas notas explicativas (CPC 29, 2009).

Para Azevedo (2014), essa separação em grupos e subgrupos faz parte da classificação contábil, além de facilitar no processo de produção dos ativos, alocando os custos ao devido grupo e auxiliando no resultado final do exercício. Diante da pesquisa de Scherch, Munhoz e Roth (2013), que teve como objetivo analisar o nível de conformidade das empresas de capital aberto de acordo com o pronunciamento técnico CPC 29, foi ressaltado que quanto maior a representatividade dos ativos biológicos, maior é a conformidade da empresa, porém, no tocante a descrição quantitativa de cada grupo de ativos, pouquíssimas empresas atenderam a esse quesito.

Ludícibus, Martins e Gelbecke (2009) reconhecem que em razão do caráter diferenciado dos ativos, se faz necessário evidenciar em suas notas explicativas às contas detalhadas, a natureza e a forma que foram obtidas as receitas decorrentes



desses ativos, assim como o critério de amortização e outras informações necessárias que venham ajudar na justificativa e validação de tais ativos.

De acordo com o disposto no parágrafo 40 do Pronunciamento Técnico CPC 29 (2009), a entidade deve divulgar o ganho ou a perda do período vigente em relação ao valor inicial do ativo biológico e do produto agrícola, menos a despesa de venda dos mesmos, além de divulgar as mudanças no valor contábil do ativo devido às compras, vendas dos ativos biológicos mantidos para venda, reduções devidas às colheitas e diferenças cambiais líquidas deste exercício conforme consta no item 50. Desta forma Brito (2010) acredita que as contas de ganhos e perdas devam estar separadas dos demais itens nas demonstrações do resultado do exercício da empresa.

Ainda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 29 (2009), destaca que a empresa deve disponibilizar uma descrição de cada grupo de ativos biológicos, mesmo que de forma narrativa, e caso haja a existência de ativos biológicos cuja sua titularidade seja limitada ou tenha dado algum valor como garantia de exigibilidades, deve esse então ser divulgado juntamente com o montante, o pronunciamento orienta as empresas a divulgarem o valor total gasto para desenvolver ou adquirir os animais ou plantas vivos, além de divulgar os riscos financeiros relacionados à atividade agrícola, e tanto o pronunciamento CPC 29 (2009) como Brito (2010), firmam a necessidade da divulgação nas notas explicativas dos métodos e hipóteses utilizados pela empresa, para obter o valor justo dos ativos biológicos.

Porém, os autores Lima, Colares e Mattar (2015) analisaram a evidenciação contábil de ativos biológicos frente ao pronunciamento técnico CPC 29 em empresas brasileiras do ramo do agronegócio listadas na BM&FBovespa, e constataram um nível médio de 53% de adequação a totalidade de exigências do Pronunciamento Técnico CPC 29, indicando que ainda faltam algumas informações contábeis financeiras a serem analisadas dos ativos biológicos. Da mesma forma, Virgínio (2014) obteve como resultados de sua pesquisa que após a aplicação do CPC 29 no ano de 2009, as empresas apresentaram um avanço na evidenciação dos ativos biológicos, porém essas informações não foram suficientes para a compreensão da real situação, comprometendo a tomada de decisão dos usuários.

### **3 | METODOLOGIA**

No que se refere à abordagem do problema de pesquisa, esse estudo é de caráter qualitativo, na visão de Oliveira (2011, p. 82) define que “estudos com uma análise qualitativa tratam de situações complexas ou peculiares que devem ser abordadas de modo aprofundado, descrevendo a complexidade de um problema determinado e analisando a interação de suas variáveis”.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, visto que foram observados e descritos os dados contidos nas notas explicativas das empresas

pesquisadas. De acordo com Andrade (2008), a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisa-los, classifica-los e interpretá-los, de modo que os fatos não sejam manipulados pelo pesquisador.

O universo e amostra dessa pesquisa são as empresas do segmento de carnes e derivados listadas na BM&FBOVESPA. O segmento que é composto por seis empresas, porém, as empresas Minupar Participações e Excelsior Alimentos S.A foram descartadas da pesquisa por não conter no balanço patrimonial saldo na conta ativos biológicos e nenhuma informação a cerca desses ativos. Portanto, foi realizado um estudo de caso múltiplo, em que foram analisadas quatro empresas integrantes da BM&FBovespa que exploram de alguma maneira o ativo biológico ou produto agrícola, sendo elas: Brf S.A, Jbs S.A., Marfrig Global Foods S.A. e Minerva S.A.

No que diz respeito aos procedimentos de coleta de dados, foram utilizadas às notas explicativas relativas ao exercício de 2017 disponíveis no site da BM&FBovespa, o que se caracteriza como um estudo transversal, a fim de verificar a aplicabilidade das exigências do CPC 29 sobre divulgação e mensuração dos ativos biológicos dessas empresas.

Para tratamento dos dados foi feita uma análise de conteúdo por meio da confrontação dos dados obtidos com a teoria do referencial teórico. Na perspectiva Bardin (2011) a análise do conteúdo consiste em um conjunto de técnicas de análise, aplicáveis a uma gama de conteúdos que possibilita associar a superfície dos textos, descrita e analisada, assim como os fatores que determinam elementos característicos deduzidos através da lógica, cujo objetivo é descrever o conteúdo.

## 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o propósito de analisar a conformidade das empresas do segmento de carnes e derivados listadas na BM&FBovespa, no tocante aos itens de divulgação e mensuração dos ativos biológicos conforme o CPC 29, os requisitos foram sedimentados e serão analisados, no quadro 1, os itens 40, 41, 42 e 43, no qual pedem uma descrição e distinção dos ativos biológicos conforme demonstra o Quadro 1.

ITENS DO CPC 29	RESUMO DO ITEM	BRF	JBS	MARFRIG	MINERVA
40	Divulgar ganho ou perda do período corrente e mudanças no valor justo	X	X	X	X
41/42	Descrição dissertativa ou quantitativa dos ativos biológicos	X	X	X	X
43	Distinção entre maduros e imaturos ou consumíveis e de produção	X	X	X	-

Quadro 1- Descrição e distinção dos ativos biológicos conforme CPC 29

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Apesar de não obrigatório, o item 43 foi atendido à risca pelas empresas JBS e BRF, a empresa Minerva S.A. foi a única que não divulgou nenhum tipo de distinção entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos.

ITENS DO CPC 29	RESUMO DO ITEM	BRF	JBS	MARFRIG	MINERVA
12	Mensuração a Valor Justo	X	X	X	X
30	Mensuração pelo Custo	-	X	X	-
51	Divulgar o total da mudança no valor justo menos a despesa de venda, referente às mudanças físicas e de preços no mercado	X	X	X	X
54-a)	Descrição dos ativos biológicos mensurados ao custo	-	X	X	-
54-b)	Razão pelo qual o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável	-	X	X	-

Quadro 2- Mensuração dos Ativos Biológicos

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Diante dos dados do Quadro 2, foi evidenciado por meio das notas explicativas, que todas as empresas utilizam-se do método de mensuração a valor justo, porém, cada empresa apresenta as suas peculiaridades com relação ao item 12 desse quadro

De acordo com os dados da empresa BRF, o *cost approach* (abordagem de custo) é a técnica de avaliação mais apropriada para calcular o valor justo de seus animais vivos. Já com relação às florestas, a empresa determina que o *income approach* (abordagem de receita) é a técnica de avaliação mais apropriada para obter-se o cálculo do valor justo.

Sendo assim é atendido o item 12, o item 51 também é atendido, visto que são divulgadas as variações do *fair value* nas demonstrações contábeis contidas em notas explicativas.

No tocante ao item 30, a empresa mensura determinados ativos ao custo, conforme foi dito anteriormente, sendo assim atende ao item 30 de análise. Já com relação ao item 54-a divulgou que, as aves, ovos e suínos no Brasil tanto consumíveis como para produção são avaliados ao custo, a mesma explicou ainda o motivo pelo qual esses ativos são mensurados ao custo atendendo ao item 54-b, informando que é devido à inexistência de mercado ativo para o suíno e pelo curto período de desenvolvimento das aves e ovos.

Para a companhia Minerva, a técnica que melhor se encaixa na mensuração de seus bovinos é valor a mercado (Mark to Market), já que segundo eles a mensuração é de forma confiável em virtude da existência de mercado ativo para essa avaliação.

ITENS DO CPC 29	RESUMO DO ITEM	BRF	JBS	MARFRIG	MINERVA
49 –a)	Divulgar o total dos ativos biológicos com titularidade restrita e com garantia de exigibilidades	X	-	-	X
49 – b)	Divulgar o montante relacionado com o desenvolvimento ou aquisição	X	-	-	X
49 – c)	Divulgar as estratégias e riscos financeiros	-	-	-	X

Quadro 3: Restrições e riscos aos ativos biológicos

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

No tocante ao item 49-a em que as empresas devem divulgar o total dos ativos biológicos com titularidade restrita e com garantia de exigibilidades, apenas as empresas BRF e Minerva fizeram a divulgação a respeito dessa exigência, a BRF S.A. divulgou que possuem florestas dadas em garantias para financiamentos e contingências, já a Minerva informou que não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades em 31 de dezembro de 2017.

ITENS DO CPC 29	RESUMO DO ITEM	BRF	JBS	MARFRIG	MINERVA
50	Apresentar a conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos	X	X	X	X

Quadro 4: Mudanças no valor contábil do ativo biológico

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

De acordo com os dados obtidos no Quadro 4 desta pesquisa, todas as empresas analisadas atendem ao item 50 do CPC 29. A BRF divulgou corte e baixas, aumento devido a negociações, transferências para estoque, circulante e não circulante, transferências de mantidos para venda, adição e transferência. A JBS por sua vez, divulgou aumentos por reprodução e por aquisição, redução por abate, vendas, consumo e por morte, a variação cambial e amortização desses ativos.

## CONCLUSÃO

O presente estudo buscou identificar, se as empresas do segmento de carnes e derivados listadas na BM&FBOVESPA atendem ou não aos requisitos de divulgação e mensuração do CPC 29, no exercício de 2017 com base em notas explicativas.

Os resultados mostram que apesar de serem grandes empresas do agronegócio, em que exploram altos números de ativos biológicos, ainda há certas dificuldades em atenderem aos itens de divulgação e mensuração conforme orienta o CPC 29.

De acordo com as informações do *check list*, o objetivo da pesquisa foi alcançado, tendo em vista que foi possível identificar se as empresas atenderam ou não aos itens do CPC 29, por meio dos 4 grupos de análise apresentado.

Cabe ressaltar, que o estudo restringiu-se apenas ao segmento de carnes e derivados listadas na BM&FBovespa, e foi estudado unicamente o exercício de 2017, dadas essas limitações, os dados encontrados não podem ser generalizados, portanto sugere-se a ampliação da amostra da pesquisa, avaliando outros exercícios e segmentos, a fim de verificar qual segmento apresenta maior nível de conformidade aos itens do CPC 29, bem como verificar o tipo de mensuração predominante em cada segmento.

Desta forma, a contribuição dessa pesquisa é servir como fonte de informação para pesquisadores da área, contadores e gerenciadores de empresas do agronegócio, sobre o quão necessário se faz a aplicabilidade correta e completa do Pronunciamento Técnico CPC 29 sobre seus ativos biológicos, em função dos benefícios econômicos e financeiros que aparecerão em um futuro próximo, bem como, pela confiança transmitida aos usuários por meio de notas explicativas claras e confiáveis.

## REFERÊNCIAS

ACUÑA, B. C. M. **Utilidade do valor justo de Ativos Biológicos para a análise de crédito de corporações brasileiras baseadas no agronegócio**. 2015. 188f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Atuária) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

AZEVEDO, O. R. **Comentários às novas regras contábeis**. 7 ed. São Paulo: IOB Folhamatic EBS - SAGE, 2014. 618p.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: ISBN, 2011

BASTOS, R. R. Contabilidade do agronegócio: um estudo exploratório sobre os conhecimentos dos contabilistas do município de Quixadá na região do sertão central do estado do Ceará. **Revista Razão Contábil & Finanças**. Fortaleza-CE, v.2, n.2, jul/dez. 2011. Disponível em: <<http://www.fate.edu.br/ojs/index.php/RRCF/article/view/24/26>>. Acesso em: 20 ago. 2017

BLB BRASIL. **Contabilidade Agropecuária: você sabe como funciona?**. 2017. Disponível em: <<http://portal.blbbrasilcoladenegocios.com.br/contabilidade-agropecuaria/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário**. 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agropecuária puxa o PIB de 2017**. 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/agropecuaria-puxa-o-pib-de-2017>> . Acesso em: 23 abr. 2018.

BRITO, E. de. **Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do valor justo na atividade da pecuária bovina**. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade)- de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde->

07012011-105511/pt-br.php>. Acesso em:10 set. 2017.

BRITO, E. de. et al. Aplicação do valor justo aos ativos biológicos e produtos agrícolas na pecuária bovina. **Revista Custos e @gronegocio On Line**, São Paulo, v. 10, n. 1, p.190-211, jan/mar 2014. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v10/AB%20pecuaria.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2017.

CAFFARELLI, P. **Agronegocio é fundamental para retomada econômica, diz presidente do BB**. 2017. Disponível em: <<http://www.dinheirorural.com.br/agronegocio-e-fundamental-para-retomada-economica-diz-presidente-do-bb/>>. Acesso em: 18 ago. 2017

CALLADO, A. L. C.; CALLADO, A. A. C.; ALMEIDA, A. A. A utilização de indicadores gerenciais de desempenho industrial no âmbito de agroindústrias. **Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**, v. 2, n. 2, p.102-118, maio/ago. 2007.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural - Uma Abordagem Decisorial**, 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CRUZ, C. F. da; SILVA, A. F.; RODRIGUES, A. Uma discussão sobre os efeitos contábeis da adoção da Interpretação IFRIC 12 – Contratos de concessão. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 4, p. 57- 85, out./dez. 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola (R8)**. 2009. Disponível em: <[http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/324\\_CPC\\_29\\_rev%2008.pdf](http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/324_CPC_29_rev%2008.pdf)> Acesso em: 02 set. 2017.

ECOAGRO. **O agronegocio no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.ecoagro.agr.br/agronegocio-brasil/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

FIORAVANTE, A. C. et al. **IAS 41- Ativo Biológico e Produto Agrícola**. In: E. &. FIPECAFI, Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2010.

FREITAS, J. S. S. **Contabilidade do Agronegocio**: um estudo sobre a aplicabilidade do Controle de Ativos Biológicos em uma empresa de Fruticultura Irrigada. 2017. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis)-Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBECKE, E. R.; FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAUX, C., LEUZ, C. The crisis of fair value accouting: making sense of the recente debate. **Accounting, Organizations and Society**. v. 34. n. 6-7, 2009. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0361368209000439> >. Acesso em 03 maio. 2018.

LIMA, C. de O.; COLARES, A. C. V.; MATTAR, P. Análise da Evidenciação Contábil de Ativos Biológicos frente ao Pronunciamento Técnico CPC 29 (IAS 41) em Companhias Abertas do Setor de Agronegócios. In: I CONGRESSO UFU DE CONTABILIDADE. **Anais...** Uberlândia, 2015. Disponível em:<[http://www.cont.facic.ufu.br/sites/cont.facic.ufu.br/files/3-3137-3138\\_evidenciacao\\_de\\_itens\\_obrigatorios.pdf](http://www.cont.facic.ufu.br/sites/cont.facic.ufu.br/files/3-3137-3138_evidenciacao_de_itens_obrigatorios.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2017.

MACEDO, V. M.; CAMPAGNONI, M.; ROVER, S. Ativos Biológicos nas Companhias Abertas no Brasil: Conformidade Com o CPC 29 e Associação com Características Empresariais . **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 10, n. 3, p. 7-24, 2015. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/periodicos/ver/131/sociedade--contabilidade-e-gestao>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

MACHADO, M. J. de C. **Formas de mensuração X Stewardship**: implicações nos ativos biológicos. 2016. 157f. Tese (Doutorado em Ciências, área de concentração: Controladoria e Contabilidade) -Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

- MARION, J. C. **Contabilidade rural**: contabilidade agrícola contabilidade da pecuária. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- MARTINS, E. et al. **Manual de Contabilidade Societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J.B. **Agronegócio**: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- MELO, C. L. V. de. **Influência das Técnicas de Avaliação na Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos das Empresas listadas na BM&FBOVESPA**. 2014. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis)-Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <<https://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/3701>>. Acesso em: 21 set. 2017.
- OLIVEIRA, A. B. S. **Métodos da pesquisa contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.
- OLIVEIRA, D. de L.; OLIVEIRA, G. D. **Contabilidade Rural**: Uma abordagem do Agronegócio dentro da Porteira. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2014.
- OLIVEIRA, N. C. de. **Contabilidade Rural**: teoria e prática. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2010.
- PEREIRA, J. P. C. N. **A concentração geográfica de empresas no agronegócio de flores**: uma análise das localidades de Holambra e Mogi das Cruzes. 2007. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 273 p. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-08012008-143324/pt-br.php>>. Acesso em: 21 set. 2017.
- PIRES, A. M. M.; RODRIGUES, F. J.P. A. Necessidade de Adaptar e Ajustar a IAS 41 ao Sector Agrícola Português. **Revista Universo Contábil**. v. 4, n.1, p. 126-140, jan/mar 2008. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/877/671>>. Acesso em: 03 maio. 2018.
- RIBEIRO, A. M. **Poder discricionário do gestor e comparabilidade dos relatórios financeiros**: uma análise dos efeitos da convergência do Brasil às *IFRS*. 2014. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.
- SCHERER, L. M.; MUNHOZ, T. R.; ROTH, T. C. Fatores explicativos da divulgação de ativos biológicos e produtos agrícolas em empresas de capital aberto e fechado. In: VIII CONGRESSO ANPCONT. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/viii/images/302\\_39c94.pdf?20150429114417](http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/viii/images/302_39c94.pdf?20150429114417)>. Acesso em: 16 set. 2017.
- SILVA FILHO, A.C.C; MACHADO, M.A.V; MACHADO, M.R. Custo histórico x valor justo: qual informação é mais *value relevant* na mensuração dos ativos biológicos? **Custos e @gronegócio on line** - v. 9, n. 2, p. 27-50, abr/jun, 2013.
- VIANA, C. M. S.; COSTA, J. M. E.; SANTOS, J. K. de B. A Importância Da Contabilidade Rural Na Pecuária. **Revista Saber Eletrônico On-line**, Jussara, n. 02, p. 5-23, ago./dez., 2014.
- VIEIRA, E. T. V. **Mensuração de ativos biológicos e produtos agrícolas pelo método de custo histórico e valor justo**: estudo de caso na pecuária leiteira de bubalinos. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016.
- VIRGÍNIO, L. K. de A. **Nível de transparência na evidenciação dos ativos biológicos à luz do CPC 29**: um estudo nas empresas no setor de Agricultura listadas na BM&FBovespa no período 2006/2013. 2014. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-213-5

